

PROCESSO - A.I. Nº 298924.1123/02-0
RECORRENTE - DEVILLE TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JF nº 0112-02/03
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 10/06/03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0293-11/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. Exigibilidade do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável, por estar com mercadoria desacompanhada de documento fiscal. A apreensão constitui prova material da inexistência do documento fiscal. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração modelo 4, lavrado em 26/11/2002, refere-se a exigência de R\$6.808,62 de imposto, mais multa, tendo em vista que foram constatados diversas mercadorias, descritas na relação anexada aos autos, desacompanhadas de documentação fiscal.

O autuado apresentou defesa, alegando que no momento da autuação foi efetivado o recolhimento do imposto, tendo sido apresentado o DAE ao autuante tão logo aconteceu a apreensão das mercadorias, mas, mesmo assim, foi lavrado o Auto de Infração. Disse que não houve qualquer prejuízo ao erário estadual considerando que houve pagamento do imposto referente às mercadorias que eram transportadas sem a documentação fiscal respectiva. O defendente entende que está comprovado o pagamento do imposto, e que existe uma distância entre transportar mercadoria sem documentação fiscal e sonegar o tributo. Pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente

A informação fiscal foi prestada pela Auditora Fiscal Rossana Araripe Lindode, que opinou pela manutenção do Auto de Infração, dizendo que não assiste razão ao autuado, haja vista que a infração fundamenta-se no transporte de mercadorias sem documentação fiscal e os documentos apresentados não são hábeis para elidir a autuação fiscal. Disse que ainda que houvesse perfeita correspondência entre os DAEs e as notas fiscais, mesmo assim, não se poderia vincular qualquer nota fiscal apresentada posteriormente.

VOTO DO RELATOR DA 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

[...] "Analisando as peças e comprovações que compõem o processo, constatei que o autuante lavrou o Termo de Apreensão à fl. 05 dos autos, consignando na descrição dos fatos que as mercadorias foram encontradas sem documento fiscal.

O autuado não contestou nas razões de defesa que as mercadorias estavam desacompanhadas de documento fiscal correspondente, alegando que não houve qualquer prejuízo ao erário estadual justificando que o pagamento do imposto referente às mercadorias que eram transportadas está comprovado pelos DAEs anexados ao Recurso.

Entretanto, de acordo com o Termo de Apreensão das Mercadorias, e pelas alegações apresentadas nas razões de defesa, está confirmado que no momento da ação fiscal, o autuado não estava com as notas fiscais para comprovar a regularidade da mercadoria encontrada,

ressaltando-se que o Termo de Apreensão constitui prova material da inexistência do documento fiscal.

Constata-se que a exigibilidade do imposto recaiu sobre o detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável, por estar com mercadoria desacompanhada de documentação fiscal.

Observo que o início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos fatos anteriores, não se corrigindo situação irregular de mercadorias com ulterior apresentação da documentação fiscal, conforme art. 911, § 5º, do RICMS/97.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, haja vista que não foi elidida a acusação fiscal, e o Termo de Apreensão constitui prova material da inexistência de documento fiscal”[...].

RECURSO VOLUNTÁRIO

Devidamente intimado a tomar ciência do resultado do julgamento realizado pela 2ª Junta de Julgamento Fiscal, que exarou o Acórdão recorrido pela Procedência do Auto de Infração em epígrafe, o contribuinte inconformado com o decisório interpôs o presente Recurso Voluntário, arguindo:

1. Inicialmente o recorrente chama a atenção que na verdade não se trata de mercadorias desacompanhadas de nota fiscal. E sim, de equívoco de boa fé do motorista que embora tenha recebido o envelope do recorrente contendo as notas fiscais esqueceu no escritório do recorrente. No entanto, horas depois foi constatado o esquecimento das citadas notas, imediatamente foi enviada via VASPEX para a destinatária das mercadorias, no sentido de regularizar na forma da Legislação Aplicável no Caso;
2. Por se tratar de mercadorias enquadradas na substituição tributária obrigada a recolher o ICMS na forma da Portaria nº 270, logo recolheu o ICMS antecipado e enviou as notas fiscais e os comprovantes de recolhimento para o Posto Fiscal Benito Gama, a fim de atender as normas exigidas por lei;
3. Observa que as mercadorias relacionadas no Termo de Apreensão e Ocorrências nº 020372.1101/02-7, são exatamente as consignadas nas Notas Fiscais de nºs 7444, 7445, 87206, 44369, 18104, 45638, 820, 6544, 6541, 6540, 24899, 24900, 11160, 12501, 12502, e 21431, em quantidade, em descrição, preço unitário, preço total. Consoante (Documentos nºs 10, 11, 14, 17, 20, 23, 26, 29, 32, 33, 35, 36, 39, 42, 43 e 46);
4. Com relação à Nota Fiscal nº 45638, o autuante cometeu um equívoco consignando no Termo de Apreensão, quantidade 100 Rolamentos, porém consignou o valor do IPI de R\$174,83 correspondente a 120 rolamentos, estes fatos comprovam de forma incontestável a apresentação ao Fisco das citadas notas fiscais, o que põe termo à discussão;
5. Convém esclarecer que não comprovou o recolhimento das mercadorias referentes às Notas Fiscais nºs 006540UN e 006541UN, destinadas à empresa “Auto Peças S. Silva Ltda., esta na condição de atacadista tem regime especial para recolher o ICMS antecipado posteriormente, este foi o motivo da não comprovação do recolhimento do ICMS, correspondente As citadas notas fiscais.

Do exposto, requer que seja determinada diligência na forma dos Arts. 137, I, “a”, “b”, II e 148, III do RPAF/BA., a fim de que se confirme o que aqui está dito e comprovado especialmente com as fotocópias das notas fiscais emitidas antes da saída das mercadorias, dos conhecimentos de fretes e comprovantes de recolhimento os quais conciliados com “Relação de mercadorias constante da relação, parte integrante do Termo de Apreensão e Ocorrências”, a qual comprova

de forma incontestável a improcedência do Auto de Infração em questão. Protesta pela juntada posterior de documentos, espera ver conhecido e acolhido o presente Recurso para a determinação da diligência requerida, e, depois de confirmados esses fatos, seja reformada a Decisão recorrida, para que seja julgado totalmente Improcedente o Auto de Infração em questão. Agindo-se assim, estar-se-á praticando a mais lúdima e perfeita.

A PROFUZ forneceu Parecer de fl. 136, nos seguintes termos:

[...]”Da análise das razões expendidas no Recurso Voluntário, considera a procuradoria ausentes argumentos jurídicos capazes de provocar revisão do acórdão recorrido.

No lançamento fiscal hostilizado o fato gerador do ICMS encontra-se identificado com clareza solar, não tendo o contribuinte apresentado qualquer prova capaz de elidir a presunção de legitimidade da ação fiscal. Com efeito, o recorrente reconhece expressamente a prática da infração fiscal admitindo ter esquecido as notas fiscais. Em verdade, a apresentação posterior das notas fiscais e o recolhimento do ICMS devido aos cofres do Estado não têm o condão de descaracterizar o acerto do procedimento fiscal.

Ante o exposto, o opinativo é pelo CONHECIMENTO e IMPROVIMENTO do Recurso Voluntário”[...].

VOTO

Dado ao exame dos documentos acostados ao presente Processo Administrativo Fiscal, constatei a princípio que não deve ser acolhido o pleito do recorrente quando solicita diligência, porque constam dos autos todos os elementos para o deslinde da lide. No tocante ao mérito, a empresa na sua peça recursal traz confirmada a infração cometida quando afirma que o “motorista, em equívoco de boa-fé, esqueceu o envelope contendo as notas fiscais no escritório do recorrente”. Este fato comprova que as mercadorias estavam desacompanhadas das notas fiscais, estando legitimada a ação fiscal. A apresentação dos documentos fiscais após a ação fiscal, no presente caso, não elide a acusação constante da exordial.

Assim, entendo correto o lançamento de ofício e concedo este voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado, mantendo integralmente a Decisão Recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 298924.1123/02-0, lavrado contra **DEVILLE TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.808,62**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de junho de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PROFUZ